



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680444 - BA (2021/0220738-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CAMILLA FREITAS MORAES E OUTRO
ADVOGADOS : JOARI WAGNER MARINHO ALMEIDA - BA025316
CAMILLA FREITAS MORAES - BA058204
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : ROBSON ARAUJO DE CARVALHO (PRESO)
CORRÉU : SIDNEY NERI RODRIGUES
CORRÉU : DIOGENES OLIVEIRA SANTOS
CORRÉU : JEFERSON NERI RODRIGUES
CORRÉU : BRUNO PESSOA SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBSON ARAUJO DE CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8014221-02.2021.8.05.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e já pronunciado no dia 22/4/20121 pelo cometimento, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c 29, do Código Penal, e art. 2º, § 2º, da Lei nº 12.850/2013 .

Os impetrantes sustentam ausência de fundamentação idônea, bem como dos requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Requer:

- a) Que seja DEFERIDA A ORDEM EM CARÁTER LIMINAR, com a consequente expedição de ALVARÁ DE SOLTURA, visto o perigo da demora em relação à manutenção do cárcere do Paciente;
- b) Que seja CONHECIDA e CONCEDIDA a presente ordem de Habeas Corpus, confirmando a concessão da liminar, restabelecendo-se a liberdade e a devida justiça por este Egrégio Superior Tribunal de Justiça; (fl. 22)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente